

À PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ/RS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025**

**RIO GRANDE ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o número 27.057.904/0001-00, com sede na Rua Empresário Agenello Senger, nº 719, Galpão 02, Distrito Industrial, na cidade de Carazinho/RS, por seu representante legal Sr. Fernando Eleno Bohrer, CPF 990.967.220-00, RG 2078006448, infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, a fim de propor,

## **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025**

com fulcro no art. 164, da Lei nº. 14.133/2021, e item 13.1 das disposições do Edital supracitado, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

### **Dos Fatos**

Compulsando o Edital do Pregão Eletrônico nº 21/2025 e seus anexos é possível verificar **restrição à competitividade ao certame**, conforme será melhor detalhado, tendo em vista que exige-se que o licitante possua a sua sede e usina de asfalto a quente não excedendo à distância de 40 km (quarenta quilômetros) da sede do Município de Ibirubá/RS, impedindo licitantes interessados em participar.

A distância de 76 km (setenta e seis quilômetros) da nossa Usina de Asfalto a Quente até a sede do Município de Ibirubá/RS, não impede o atendimento, por esta licitante, eis que possui diversos contratos em plena vigência com **O MESMO OBJETO** em outras Prefeituras Municipais, inclusive sendo a última DETENTORA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE CBUQ da Prefeitura Municipal de Ibirubá/RS conforme Pregão Eletrônico nº 17/2024 (Ata em anexo), no período de ABRIL/2024 à ABRIL/2025, onde a distância máxima entre o Município de Ibirubá/RS e a usina da licitante deveria ser de



até **120 km** (cento e vinte quilômetros), assim como também mantém contratos com empresas particulares que executam/aplicam o CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente) com distâncias iguais e até mesmo muito superiores a limitação geográfica ora imposta no presente edital, podendo citar fornecimento de CBUQ para a Prefeitura de Palmeira das Missões/RS nos últimos 2 anos (2023 – Pregão Eletrônico 26/2023 e 2024 – Pregão Eletrônico 126/2024), distante 92 km (noventa e dois quilômetros) da nossa usina.

O Edital não apresenta justificativa técnica detalhada com base em normas da ABNT, DNIT ou outros órgãos técnicos que embasem tal limitação, pois o transporte de CBUQ pode ser realizado com caminhões apropriados com isolamento térmico, viabilizando distâncias maiores sem comprometimento da qualidade.

Destarte, **intencionando ampliar o leque de participação** no presente certame, garantindo a observância do supra princípio da **indisponibilidade do interesse público**, é que se almeja a **retificação do presente instrumento convocatório**.

Bem como, a presente impugnação tem por objeto apontar equívoco contido no instrumento convocatório em epígrafe ***cuja prévia correção se mostra indispensável ao interesse público primário*** e a formulação de proposta para o certame em apreço, o qual tem por **objeto o Registro de preços para futura, eventual e parcelada aquisição de massa asfáltica tipo CBUQ, concreto betuminoso usinado a quente, padrão DNIT, faixa C, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Viação.**

Portanto, a fim de **evitar a posterior nulidade do certame** ou empecilhos na execução do contrato, bem como assegurar o caráter competitivo, integridade, lisura e transparência do processo licitatório, é necessário o oferecimento da presente impugnação no intuito de ver excluída ou então ampliada a quilometragem da restrição geográfica de distância máxima de 40 km (quarenta quilômetros) da sede do Município de Ibirubá/RS para a Usina de Asfalto a Quente da licitante.

#### **Do Direto**

##### **- Da Tempestividade.**

A previsão expressa do art. 24 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, traz o prazo decadencial para oferecimento de Impugnação de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da sessão pública. Bem como o presente edital estipula em seu item 13.1 que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do



certame. Como o Pregão Eletrônico ocorrerá dia 30/06/2025 e esta impugnação está sendo protocolada dia 25/06/2025, é tempestiva, portanto.

**- Do Mérito.**

A Lei nº. 14.133/2021 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, estabelece no Art. 5º que:

*“Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável”.*

Deste modo, a Administração pública não deve se desvencilhar da observância dos princípios constitucionais norteadores da licitação.

**- Da Inconsistência da Limitação Geográfica**

O Edital supra citado apresenta, como se pode observar, cláusula que restringe a participação de eventuais licitantes que, uma vez mantida, será capaz de macular o bom andamento do processo licitatório em comento por **afrontar o princípio da isonomia por dar tratamento desigual para as pretensas licitantes e violar o princípio da proposta mais vantajosa**, por **obstar o caráter competitivo da licitação**. Sendo assim, o Edital necessita e deve ser retificado.

Diante disso, a viabilidade da restrição territorial deve ser sopesada no bojo dos fundamentos que regem as licitações: vantajosidade, isonomia e sustentabilidade. De modo que **proibir a participação de outros interessados nos certames**, como tem se verificado em determinados casos práticos, **afronta aos princípios da igualdade e da livre concorrência**.

O que se verifica é que a exigência editalícia, ora impugnada, claramente extrapola os limites da Lei de Licitação ao exigir SEM QUALQUER JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL CONVENIENTE AO INTERESSE PÚBLICO que a licitante vencedora tenha que estar localizada em uma distância de até 40 km (quarenta quilômetros) da sede do Município, Veja-se o art. 9º, inciso I, da Lei 14.133/2021:

**“§1º. É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que**



comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;"

Conforme a Administração Pública do Município de Ibirubá/RS justifica que ***"a retirada o produto deve ficar a uma distância máxima de 40 Km da sede do Município de Ibirubá-RS, em vista que a distância entre a sede do Município e o depósito da Contratada não onere em demasiado os cofres públicos com o deslocamento para a busca e retirada do produto, cabendo a esta Prefeitura Municipal a responsabilidade pelo transporte do mesmo até o Município"***.

RELEMBRANDO o último Pregão Eletrônico nº 17/2024 do Município de Ibirubá/RS, com estimativa de quantidade de até 1.000 (um mil) toneladas de CBUQ, **03 (TRÊS) EMPRESAS PARTICIPARAM DO CERTAME**, e no atual Pregão 21/2025, ora impugnado, pela localização dessas Usinas de asfalto que disputaram o certame anterior, **nenhuma estaria habilitada a participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025**, como segue trecho da Ata do PE 17/2024:

LOTE 1 - HOMOLOGADO			
Registro de preços para futura, eventual e parcelada aquisição de massa asfáltica tipo CBUQ			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 1	Unidade: tonelada	Marca: RIO GRANDE ASFALTOS	Modelo: CBUQ
Descrição: Registro de preços para futura, eventual e parcelada aquisição de massa asfáltica tipo CBUQ, concreto betuminoso usinado a quente, padrão DNIT, faixa C, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Viação, com retirada parcelada conforme a necessidade. Concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) para pavimentação asfáltica, padrão DNIT, faixa C, com CAP 50/70 - aquisição posto usina.			
Quantidade: 1.000	Valor Unit.: 695,00		Valor Total: 695.000,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 RIO GRANDE ASFALTOS E	140	27.057.904/0001-00	699,00	695,00		Sim
2 CONSTRUTORA CONTINENTAL DE SÃO	124	61.381.943/0001-04	699,29	695,00	0,00	Não
3 CONSTRUTORA DEL RIJO S.A.	096	04.853.691/0001-27	750,00	750,00	7,91	Não

DESCCLASSIFICADOS						
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

Gerado em: 12/04/2024 10:07:57

1 de 2

Portanto, não há fundamento razoável para tal exigência, o argumento de que haveria aumento de custos parece sedutor, todavia não merece subsistir como razão à restrição da participação de outras licitantes, ***onde na disputa de lances no certame é que de fato se atinge a real economicidade para a Administração Pública.***



Por fim, cabe aqui colacionar alguns julgados sobre o tema:

***“TCU - Decisão 369/1999 - Plenário - "8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;”***

***“TCU. Acórdão 2079/2005 - 1ª Câmara - "9.3.1. abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios condições não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93;”*** Grifei.

***“TCU- Acórdão 1580/2005 - 1ª Câmara - "Observe o § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes.”*** Grifei.

Se não bastassem os fundamentos supra, é de suma importância mencionar o entendimento do renomado doutrinador Marçal Justen Filho, que em sua obra “Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, 13ª edição, transparece que:

***“O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente prejudiquem o caráter “competitivo” da licitação”***. - Grifo nosso.

Ficam as indagações que merecem ser respondidas e esclarecidas pela Administração Pública do Município de Ibirubá/RS no presente Edital nº 21/2025, com a estimativa de quantidade de até 500 (quinhentas) toneladas de CBUQ, e valor estimado de R\$ 716,67 (setecentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) por tonelada, onde entre as empresas que disputaram o último certame, com um limite geográfico de distância máxima de 120 km (cento e vinte quilômetros), **NENHUMA ESTA APTA A SE HABILITAR E PARTICIPAR DO CERTAME**, qual seria a intenção da administração pública?



Sabendo-se que Usinas de Asfalto a Quente são empresas específicas e poucas estão implantadas e operando na região Noroeste do RS, ainda mais em um específico e inaceitável limite geográfico de tão somente 40 km (quarenta quilômetros) entre a usina da licitante e o Município de Ibirubá/RS, **completamente desproporcional a realidade da nossa região.**

*Ou então exista alguma única Usina de Asfalto a Quente implantada no decorrer dos últimos meses que esteja dentro dessa limitação geográfica? Onde acreditam estar o princípio da economicidade com apenas e provavelmente **UMA ÚNICA EMPRESA PARTICIPANTE NO CERTAME?***

Em nenhuma linha do Edital a Administração Pública traz possibilidades e justificativas coerentes para se aplicar essa cláusula de restrição/limitação geográfica, **não cita quantas empresas (Usinas de Asfalto a quente) estão implantadas e produzindo CBUQ e que poderiam se habilitar, participar e disputar o certame** dentro do limite geográfico de tão somente 40 km de distância do Município de Ibirubá/RS.

O objeto da licitação trata-se de fornecimento de CBUQ que, em hipótese alguma, justifica uma limitação geográfica tão específica como a imposta, podendo claramente os eventuais interessados, que não possuam usina de asfalto a quente, dentro da distância solicitada, participar de tal licitação, sem que haja qualquer prejuízo para Administração. ***Certo que a desconsideração de tal cláusula tornaria o certame mais competitivo, de modo a prestigiar e respeitar as regras licitatórias.***

Em resumo, a finalidade precípua da licitação é a busca da **proposta mais vantajosa para a Administração**, o que não ocorrerá, em vista da “específica” restrição geográfica imposta, **pois muito provável apenas uma empresa detentora de usina de asfalto dentro da distância estabelecida pelo edital deverá participar do certame licitatório, caso mantidas as exigências da cláusula.** Assim, para que o presente processo cumpra seu objetivo precípua, qual seja, de impedir que os princípios básicos de proteção do interesse público deixem de ser observados por ocasião da realização do certame, faz-se necessário examinar, a irregularidade indigitada.

**Quando o agente público ultrapassa os limites de exigências nos casos de atos discricionários como no caso em tela, passa a imperar a ação arbitrária do administrador, conduta essa desautorizada pelo ordenamento jurídico no Estado Democrático de Direito. O arbítrio desarrazoado do administrador não ofende somente os administrados, ofende os Poderes constituídos, particularmente o Poder**





**Legislativo, de onde emanam ou se cancelam as regras de conduta dos agentes públicos.**

Portanto, temos que deve ser afastada a exigência ou no mínimo ampliada a quilometragem do limite geográfico da licitante possuir usina de asfalto a quente na distância de até 40 km (quarenta quilômetros) da sede do município. Este argumento, à primeira vista, parece sedutor porque passa a impressão de que será mais vantajoso para a municipalidade ter o fornecedor por perto para atender às demandas. Todavia, isso implica em grave restrição à competitividade. Até porque, o argumento de que a distância em que se encontra o fornecedor poderá onerar a Administração não merece prosperar, haja vista que os melhores preços somente serão alcançados na fase de lances.

Desta forma, não restou opção a ora impugnante que não fosse à impugnação do edital em epígrafe, para que se faça cumprir às exigências dispostas em lei, devendo a Comissão de Licitação adequar o Edital, retirando a referida cláusula, de modo a possibilitar participação de todos os interessados.

Na forma em que se encontra, apresenta um prejuízo extremo ao caráter competitivo da licitação e, principalmente a supremacia do interesse público, bem como um descompasso a melhor doutrina aplicada à espécie. Assim, inegável que a manutenção do edital em comento ensejará uma violação evidente ao princípio da igualdade e legalidade.

A municipalidade, sob o pretexto de melhor gerir o contrato – hipoteticamente –, aventou cláusula restritiva que desprestigia os princípios licitatórios basilares. Com efeito, importante trazer a magnífica lição do eminente professor Celso Antônio Bandeira de Mello sobre o princípio da igualdade nas licitações, *in verbis*:

*“O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensinar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art, 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório (...).”* Grifei.

Infelizmente, na realidade, o que se denota pelo edital supra citado é um verdadeiro **direcionamento indireto da licitação a um licitante**, porque fornecimento de massa asfáltica é **serviço bastante específico**, são poucas Usinas de



Asfalto em operação, a qual demandar qualificação técnica especializada e adequada, inclusive sendo desenvolvida sob o cadastro de CNAE próprio, carecendo de Certificações e Licenciamento Ambiental.

Sendo assim, a restrição da participação deverá ser expressa e adequadamente fundamentada diante das particularidades do caso concreto e desde que haja imperioso estudo que justifique a adoção da medida excepcional. Como não é o caso, deve a zelosa comissão de licitação retificar o presente edital.

Inobstante reconhecido esmero de todos os servidores desse órgão licitante, porém, é evidente que o edital, da maneira em que se encontra, está em desacordo com as regulamentações legais, portanto imperiosa é sua reforma.

#### **Dos Pedidos**

Isto posto requer-se:

- **RECEBIMENTO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO**, pois tempestiva e fundamentada;
- Seja dado **PROVIMENTO** a presente Impugnação, suspendendo o certame.
- RETIFICAÇÃO DO EDITAL com a consequente **RETIRADA OU AMPLIAÇÃO DA QUILOMETRAGEM DA RESTRIÇÃO GEOGRÁFICA DE 40 KM (QUARENTA QUILOMETROS)**, para 120 Km (cento e vinte quilômetros) entre a Usina de Asfalto a Quente e a sede do Município de Ibirubá/RS dadas as argumentações supra relacionadas.
- **REPUBLICAÇÃO DO EDITAL**, ATRAVÉS DE INSTRUMENTO MODIFICATIVO, atendendo assim aos princípios da competitividade e do melhor aproveitamento dos recursos.

**Caso negue o pedido**, requer-se:

- **PUBLICIDADE DO ESTUDO DE MERCADO REALIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO**. Em que pese tratar-se de procedimento interno, não se configura como ato interna corporis, portanto merece ampla divulgação.
- DEMONSTRAÇÃO NECESSIDADE E A ADEQUAÇÃO DA **MEDIDA IMPOSTA** com fulcro no art. 20, p.u da LINDB.
- **FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO** com a exposição do motivo e do objeto, conforme preconiza a lei, sob pena de incorrer em direcionamento da licitação e infringir direito líquido e certo da licitante em participar do processo licitatório.





Termos em que pede deferimento.

Carazinho/RS, 25 de Junho de 2025.

---

**RIO GRANDE ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA**

Fernando Eleno Bohrer  
Sócio Administrador  
RG 2078006448  
CPF 990.967.220-00









# JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/013.666-4	RSN2373644024	13/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
990.967.220-00	FERNANDO ELENO BOHRER	13/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Prata - Biometria Facial		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8690950 em 25/01/2023 da Empresa RIO GRANDE ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - EPP, CNPJ 27057904000100 e protocolo 230136664 - 13/01/2023. Autenticação: 7EA0CAFB66B1969FB8D6CBC559EDFFE3B328D13F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/013.666-4 e o código de segurança 0iBj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

  
JOSE TADEU JACOBY  
SECRETÁRIO-GERAL

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL .  
DA SOCIEDADE LIMITADA**

**RIO GRANDE ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA**

**CNPJ 27.057.904/0001-00 - NIRE4320807032-5**

..Rua Empresario Agenello Senger, 719 Galpao 02

Distrito Industrial

Carazinho -RS. CEP 99500.000

**JUVENIA MULLER KERBER**, brasileira, casada pelo regime de comunhão universal de bens, nascido na cidade de Sarandi RS em 10/04/1958, empresária, residente e domiciliado na na Rua 21 de Abril, 188. B. Santo Antonio, na cidade de Carazinho RS, CEP 99500-000 portador da cédula de identidade de nº 5008779406 expedida pela SSP/RS e do CPF de nº 325.539.510.00;

**ROGER ALEX KERBER**, brasileiro, solteiro, maior e capaz, empresário, nascido na cidade de Chapada/RS em 12/11/1989, residente e domiciliada na Rua 21 de Abril, 188. B. Santo Antonio, na cidade de Carazinho RS, CEP 99500-000, portador da cédula de identidade de nº 4061414861 expedida pela SJS/RS e do CPF de nº 022.631.640-81; e

**FERNANDO ELENO BOHRER**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido na cidade de Panambi/RS em 28/02/1983, residente e domiciliada na Rua Pedro Antonio Ott,79 B. Santo Antonio, na cidade de Carazinho RS, CEP 99500-000, portador da cédula de identidade de nº 2078006448 expedida pela SJS/RS e do CPF de nº 990.967.220-00.

Unicos sócios da sociedade que gira sob a denominação social de **RIO GRANDE ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA**, estabelecida na Rua Empresario Agenello Senger, 719 Galpao 02 - Distrito Industrial - Carazinho RS CEP 99500.000, inscrita no CNPJ/MF **27.057.904/0001-00** com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE 4320807032-5, em sessão do de 07/02/2017. RESOLVEM de comum acordo e na melhor forma de direito alterar e consolidar seu contrato social nas clausulas e condições seguintes:

**PRIMEIRA:** O sócio **ROGER ALEX KERBER**, já qualificado acima, se retira da sociedade, transferindo por venda NESTE ATO E EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, o total de suas 150 quotas de capital no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para **JUVENIA MULLER KERBER**, já qualificado acima.

**ROGER ALEX KERBER**, dá plena, geral, rasa e irrevogável quitação perante a sociedade e os sócios, nada mais tendo a reclamar, a qualquer titulo, no presente, passado e futuramente.

**SEGUNDA:** Em virtude da venda e compra de quotas o capital social, totalmente integralizado que é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) dividido em 3.000 (tres mil) quotas de valor nominal R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, integralizado em moeda corrente do País, assim distribuído entre os sócios, conforme segue



a) **JUVENIA MULLER KERBER**, com 2.850 quotas no valor de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais), integralizado em moeda corrente nacional

c) **FERNANDO ELENO BOHRER**, com 150 quotas no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), integralizado neste ato e moeda corrente nacional.

Total do Capital.....R\$ 300.000,00

TERCEIRA: Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade

QUARTA: A administração da sociedade, sua representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, caberá a todos os sócios em conjunto ou separadamente, com os poderes e atribuições de gerenciar e administrar os negócios sociais, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, principalmente em avais, fianças, abonos e endossos de favor, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. O administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, fixada pelos sócios

QUINTA: Á vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

## **CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA**

### **RIO GRANDE ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA CNPJ 27.057.904/0001-00 - NIRE4320807032-5**

:

**PRIMEIRA:** A sociedade gira sob a denominação social **RIO GRANDE ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA**, com á sede na Rua Empresario Agenello Senger, 719 Galpao 02 - Distrito Industrial - Carazinho RS CEP 99500.000.

**SEGUNDA:** A sociedade é regida pelas Leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 8.934, de 18 de novembro de 1994, pelas demais disposições aplicáveis à espécie e, supletivamente, pelas normas das S/As.

#### **TERCEIRA: DO OBJETO SOCIAL**

A sociedade tem por objeto: o comércio atacadista e varejista de materiais para construção, misturas asfálticas e misturas betuminosas; a prestação de serviços de aplicação e pavimentação asfáltica; e produção de massa asfáltica.

#### **QUARTA: DO INÍCIO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE**

A sociedade iniciou suas atividades em 15 de janeiro de 2017 e sua duração será por tempo indeterminado.



#### **QUINTA: DO CAPITAL SOCIAL**

O capital social da empresa é no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), divididas em 3.000 (três mil) quotas no valor de R\$ 100,00 (cem reais), cada uma, integralizado em moeda corrente do País, assim distribuído entre os sócios, conforme a seguir

a) **JUVENIA MULLER KERBER**, com 2.850 quotas no valor de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais), integralizado em moeda corrente nacional

c) **FERNANDO ELENO BOHRER**, com 150 quotas no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), integralizado neste ato e moeda corrente nacional.

Total do Capital.....R\$ 300.000,00

#### **SEXTA: DA INDIVISIBILIDADE DAS QUOTAS**

As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem expresse consentimento dos sócios cabendo em igualdade de condições ao sócio remanescente a preferência de compra;

#### **SETIMA: DA RESPONSABILIDADE DOS SOCIOS**

A responsabilidade de cada sócio será restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

#### **OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

A administração da sociedade, sua representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, caberá aos sócios em conjunto ou separadamente, com os poderes e atribuições de gerenciar e administrar os negócios sociais, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, principalmente em avais, fianças, abonos e endossos de favor, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. O administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, fixada pelos sócios.

Parágrafo primeiro: Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**NONA:** Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, consoante lhes faculta o inciso VIII, art. 997, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

#### **DECIMA: DA REMUNERAÇÃO DOS SOCIOS**

Os gerentes receberão mensalmente a importância a ser fixada entre os sócios, bem como seu reajuste, ou a despesa será levada a débito de despesas gerais ou outra subsidiária;





#### **DECIMA PRIMEIRA: DO EXERCICIO SOCIAL**

A cada ano em 31 de dezembro a sociedade procederá o Balanço Geral, quando os lucros ou prejuízos serão rateados ou suportados entre os sócios na proporção de suas quotas de capital, a menos que os sócios determinem outra destinação ao mesmo;

#### **DECIMA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei. Em caso de morte ou interdição de um dos sócios, a sociedade poderá ter os seguintes destinos:

a) Dissolução da sociedade, momento em que será levantado um balanço especial e o resultado será distribuído ou suportado em igualdade de condições entre os sócios proporcionalmente a sua participação no capital social ou ainda entre os sócios remanescentes, herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou interditado.

b) Os herdeiros ou sucessores legais do sócio falecido ou interditado, poderão se assim o desejarem, ingressar na sociedade, principalmente com o valor das outras quotas do mesmo, cujos créditos e haveres serão apurados mediante o levantamento de um balanço especial, com as respectivas demonstrações financeiras, devendo para tanto ocorrer à permissão e aceitação pelos sócios remanescentes em admitir os novos sócios para a continuidade da empresa, caso contrário os haveres serão pagos aos herdeiros do sócio falecido.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

#### **DECIMA TERCEIRA: DO FORO JURIDICO**

A sociedade terá por foro jurídico a cidade de Carazinho RS.

E, por estarem assim juntos e acertados, assinam a presente alteração e contratual em uma via.

Carazinho, RS, 29 de dezembro de 2022

JUVENIA MULLER KERBER

ROGER ALEX KERBER

FERNANDO ELENO BOHRER





# JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

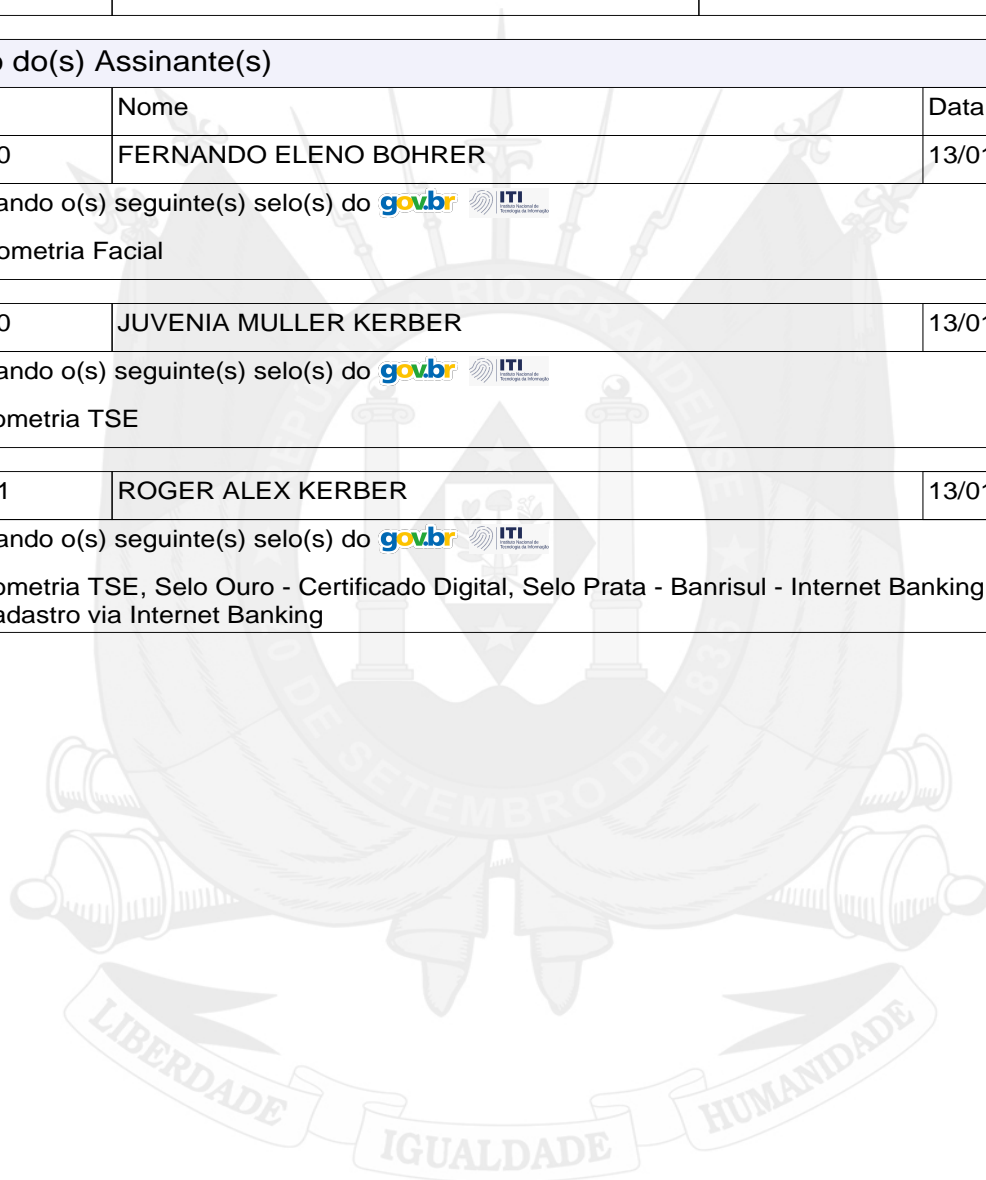
## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/013.666-4	RSN2373644024	13/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
990.967.220-00	FERNANDO ELENO BOHRER	13/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Prata - Biometria Facial		

325.539.510-00	JUVENIA MULLER KERBER	13/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE		

022.631.640-81	ROGER ALEX KERBER	13/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banrisul - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8690950 em 25/01/2023 da Empresa RIO GRANDE ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - EPP, CNPJ 27057904000100 e protocolo 230136664 - 13/01/2023. Autenticação: 7EA0CAFB66B1969FB8D6CBC559EDFFE3B328D13F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/013.666-4 e o código de segurança 0iBj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

JOSE TADEU JACOBY  
SECRETÁRIO-GERAL





## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL







Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RIO GRANDE ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - EPP, de CNPJ 27.057.904/0001-00 e protocolado sob o número 23/013.666-4 em 13/01/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8690950, em 25/01/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Fabiane Stefani Fetter.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
990.967.220-00	FERNANDO ELENO BOHRER	13/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Prata - Biometria Facial		

### Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
990.967.220-00	FERNANDO ELENO BOHRER	13/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Prata - Biometria Facial		
325.539.510-00	JUVENIA MULLER KERBER	13/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Biometria TSE		
022.631.640-81	ROGER ALEX KERBER	13/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banrisul - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 29/12/2022



Documento assinado eletronicamente por Fabiane Stefani Fetter, Servidor(a) Público(a), em 25/01/2023, às 17:08.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/validacao) informando o número do protocolo 23/013.666-4.



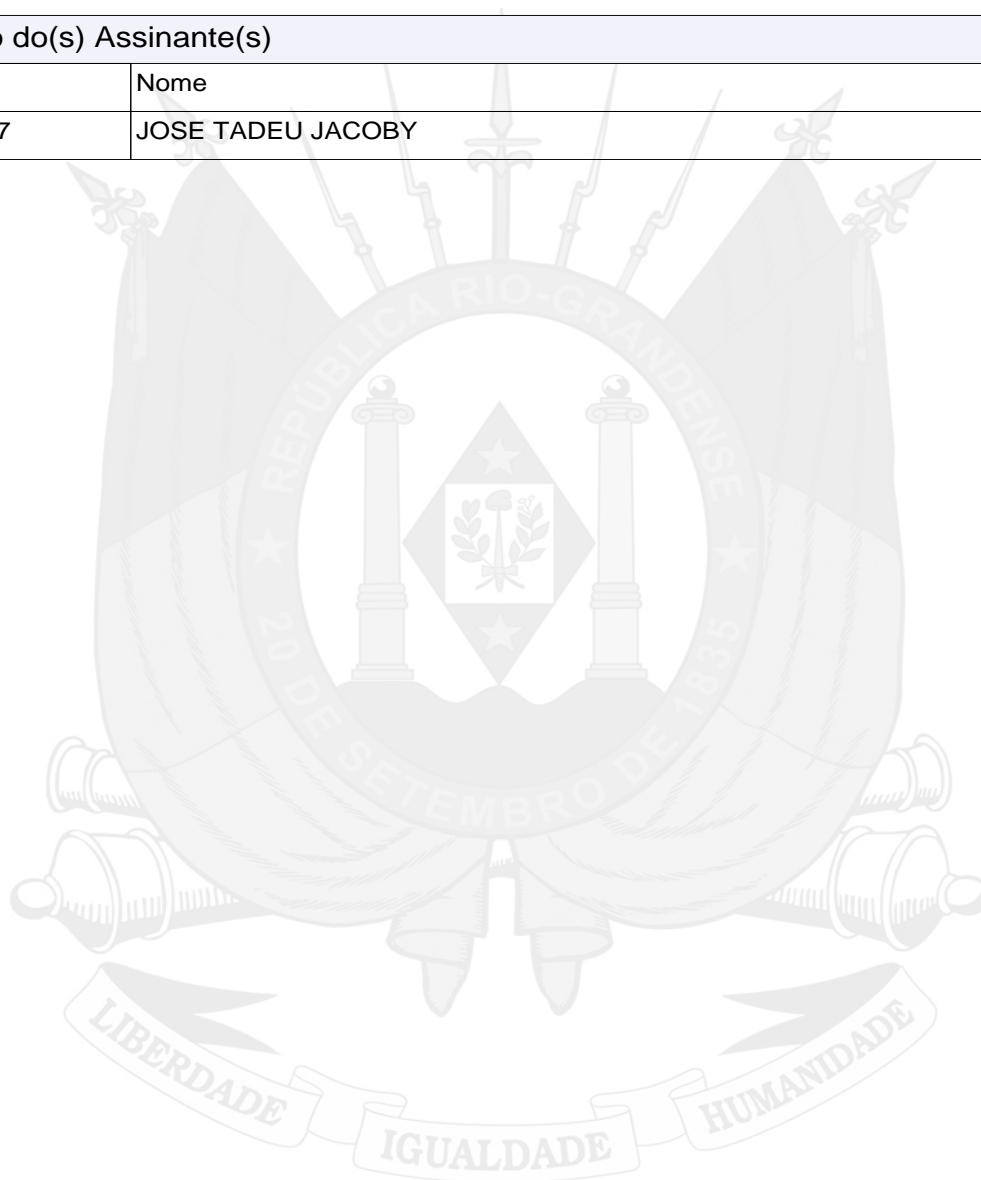


# JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.744.500-87	JOSE TADEU JACOBY



Porto Alegre. quarta-feira, 25 de janeiro de 2023



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8690950 em 25/01/2023 da Empresa RIO GRANDE ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - EPP, CNPJ 27057904000100 e protocolo 230136664 - 13/01/2023. Autenticação: 7EA0CAFB66B1969FB8D6CBC559EDFFE3B328D13F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/013.666-4 e o código de segurança 0iBj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

  
JOSE TADEU JACOBY  
SECRETÁRIO-GERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
2190969056

NOME  
FERNANDO ELENO BOHRER

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF  
2078006448 SSP/PC RS

CPF  
990.967.220-00

DATA NASCIMENTO  
28/02/1983

FILIAÇÃO  
VALDIR LUIZ BOHRER  
SIRLEI PAVINATTO BOHRER

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
01721005953

VALIDADE  
12/04/2031

1ª HABILITAÇÃO  
28/03/2001

OBSERVAÇÕES  
A

*Fernando Bohrer*  
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
CARAZINHO, RS

DATA EMISSÃO  
12/04/2021

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

56988148597  
RS243685785

**RIO GRANDE DO SUL**

**DENATRAN** **CONTRAN**

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO** / **DENATRAN**



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2024**

**PREFEITURA DE IBIRUBÁ/RS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 99-2024**

**O MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ-RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Rua Tiradentes, n.º 700, inscrito no CNPJ sob n.º 87.564.381/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **ABEL GRAVE**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, com documento de identidade RG sob n.º 5064763534 e CPF sob n.º 000.264.290-55, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS**, processo administrativo nº 127/2024, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 4.773, de 19 de setembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de eventual e parcelada aquisição de massa asfáltica tipo CBUQ, concreto betuminoso usinado a quente, padrão DNIT, faixa C, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Viação, com retirada parcelada conforme a necessidade, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação Pregão Eletrônico PMI 17-2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Obras e Viação, através de servidor designado por Portaria.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

**Razão Social:** RIO GRANDE ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA  
**Email:** comercial@riograndeasfaltos.com.br **Tel:** (54) 33312998  
**CNPJ:** 27.057.904/0001-00  
**Cel:** (54) 999345555  
**Repres. Legal:** FERNANDO ELENO BOHRER  
**Email:** ferbohrer@hotmail.com **Tel:** (54)33312998  
**CPF:** 990.967.220-00

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) para pavimentação asfáltica, padrão DNIT, faixa C, com CAP 50/70 - aquisição posto usina. MARCA RIO GRANDE ASFALTOS	10 ton.	1000 ton.	R\$ 695,00	R\$ 695.000,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo à esta Ata.



### 3. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá ser admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, seguindo a legislação e regulamento.

### 4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados da data do documento, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de notas de empenho de despesas, autorizações de compras ou outros instrumentos hábeis, conforme prevê o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



4.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.1.6. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.1.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.1.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.1.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.1.10. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.1.11. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto nº 4.773, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



7.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## 8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 28, § 2º, do Decreto nº 4.773, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 27, § 3º e 28, § 4º, ambos do Decreto nº 4.773, de 2023.

## 9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 10. – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, mediante a seguinte dotação:

Atividades: 2107

Rubrica: 33903000000000





## 11. CONDIÇÕES GERAIS

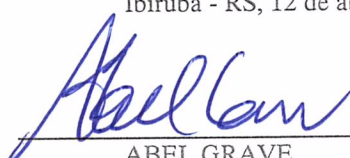
11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

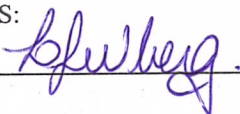
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

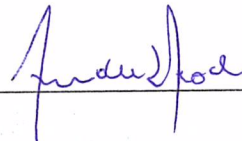
Ibirubá - RS, 12 de abril de 2024.

FERNANDO ELENO BOHRER  
RIO GRANDE ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA

  
ABEL GRAVE  
Prefeito

TESTEMUNHAS:





Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	<b>Razão Social:</b> CONSTRUTORA CONTINENTAL DE SÃO PAULO LTDA <b>Email:</b> licitacoes@construtoracontinental.com <b>Tel1:</b> (55) 32907000 <b>CNPJ:</b> 61.381.943/0001-04 <b>Cel:</b> (55) 999213440 <b>Repres. Legal:</b> HÉLIO ANTÔNIO AMARAL MILITZ JÚNIOR <b>Email:</b> licitacoes@construtoracontinental.com <b>Tel1:</b> (5) 532907000 <b>CPF:</b> 015.953.040-70				
	<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT. MÍN.</b>	<b>QUANT. MÁX.</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>
01	Concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) para pavimentação asfáltica, padrão DNIT, faixa C, com CAP 50/70 - aquisição posto usina. MARCA RIO GRANDE ASFALTOS	10 ton.	1000 ton.	R\$ 695,00	R\$ 695.000,00

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:  
Não houve registro de interessados.